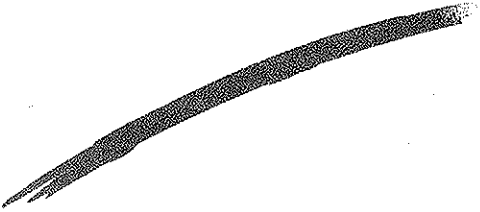


Moema Toscano
Mirian Goldenberg



A Revolução das Mulheres

Um Balanço do
Feminismo no Brasil



ER
Editora Revan

MIRIAN GOLDENBERG
GOIÂNIA, DEZ/2003

anos, que têm impulsionado a prática feminista em todo o mundo. Para expressar, no plano internacional, essas duas tendências políticas, criaram-se, a partir dos anos 20, grandes organizações que ainda hoje (agora ao lado de outras) se propõem a dar unidade e coesão às associações regionais e nacionais de mulheres. Referimo-nos à Associação Internacional de Mulheres (AIM), na linha mais burguesa, e à Federação Internacional de Mulheres (FEDIM), que atua nas áreas de maior influência socialista.

É interessante observarmos que a tolerância masculina não era, de modo geral, mais complacente com o feminismo de modelo conservador, que crescia à sombra do *establishment* no mundo capitalista. Era como se não se considerassem confiáveis as promessas reiteradas de que a luta feminista não tinha como proposta liquidar uma das instituições chave do capitalismo: a família. O poder constituído e, em especial, a Igreja e a imprensa tinham em relação às feministas, tanto as conservadoras quanto as socialistas, as mesmas resistências. Parecia mais prudente opor-se às suas reivindicações, ou atendê-las apenas o mínimo necessário para mantê-las sob controle e dentro dos parâmetros estritos da ordem e da lei. Só por exceção encontrava-se um ou outro homem disposto a solidarizar-se com as reivindicações feministas, na sua totalidade. O mais comum era que os homens estimulassem o clima de antagonismo e os preconceitos contra as lideranças feministas. Não é por acaso que tais lideranças eram, em geral, constituídas de mulheres solteiras e independentes da tutela masculina. As outras eram desestimuladas ou até proibidas de participar de qualquer organização considerada feminista.

A crise econômica mundial dos anos 30 e o início da Segunda Grande Guerra, em 1939, vão marcar uma fase de certo marasmo nos movimentos sociais, inclusive no feminismo. A febre nacionalista, a luta contra o fascismo, as grandes alianças dos países que se opunham ao Eixo passam a ocupar o centro das atenções e das preocupações do mundo. Uma sociedade nova estava sendo gerada no bojo desses acontecimentos, as mulheres como que se preparavam para nela desempenhar um importante papel.

O feminismo no Brasil

Vejamos agora o que acontecia no Brasil. É preciso não esquecer,

nessa revisão histórica, certos aspectos de nossa formação cultural e econômica que vão explicar por que entre nós o movimento feminista se apresentou, desde o início, como um reflexo do que acontecia nas sociedades mais industrializadas da Europa e nos Estados Unidos mas teve, ao mesmo tempo, componentes que eram só nossos. O feminismo no Brasil não foi uma reprodução pura e simples de modelos estrangeiros e suas especificidades só podem ser entendidas no contexto de nossa formação histórica e de nossa situação de dependência em relação aos centros hegemônicos a que estivemos atrelados, desde o início da colonização.

A escravidão, a tardia emancipação do centro de dominação, o modelo fundiário imposto pelo colonizador português e a influência da Igreja Católica como força política e instrumento de controle social são, a nosso ver, elementos que permitem melhor entender as peculiaridades do feminismo em nosso país. Esses elementos são os fatores mais diretamente responsáveis pelo patriarcalismo, pelo paternalismo, pelo conservadorismo e pelo machismo brasileiro.

O feminismo, enquanto movimento organizado, aparece, entre nós, na segunda década do século XX e se expressa, no primeiro momento, na reivindicação pelo direito ao voto. Até então, essa bandeira só havia sido levantada, em caráter muito excepcional, por uma ou outra mulher de idéias mais avançadas, como foi o caso de Nísia Floresta (1810-1885). Ao excluir as mulheres da condição de eleitoras, a Constituição de 1891 repetia uma prática comum no resto do mundo, pois a grande maioria dos países que tinham iniciado seu processo de industrialização impediam o voto da mulher. De início, a luta pelo voto era uma bandeira típica da classe média e da burguesia, levantada por mulheres mais cultas, que tinham acesso ao noticiário internacional e para quem essa luta era uma demonstração de modernidade e progresso.

O direito ao voto nos havia sido negado por uma interpretação falaciosa do artigo 171 da primeira constituição republicana, de 1891, que assegurava: "São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos." Ora, diziam os intérpretes da lei, o termo *cidadãos* aplica-se apenas ao sexo masculino. Não esqueçamos que, mesmo em países de regime democrático, como a Inglaterra, a França e a Alemanha, a mulher não contava como ente político pleno, com acesso à vida pública. Ela era vista como uma criatura que Deus pusera no mundo

com a única finalidade de servir ao homem, ter filhos e prepará-los para a vida, garantindo o bom funcionamento do lar. A visão androcêntrica é exatamente essa; tanto na lei quanto na moral e nos costumes, ela tem como paradigma modelos masculinos. O código civil brasileiro, de 1917, reservava à mulher casada um estatuto de total submissão à autoridade marital, que lhe proibia, por exemplo, ter conta bancária em seu próprio nome ou ter qualquer vínculo de emprego sem autorização do marido. É bem verdade que tais limitações eram bastante nuançadas de acordo com a classe social a que a mulher pertencia. Assim, diante da lei, uma mulher rica estava separada por um verdadeiro abismo social de uma mulher pobre, ainda mais se esta fosse solteira.

No período entre o final do Segundo Império e a Primeira Grande Guerra, o Brasil passou por mudanças muito significativas. A intensificação das relações internacionais, protagonizada pelas camadas de renda mais alta e mais cultas, por meio de viagens ao exterior e troca de correspondência com intelectuais estrangeiros, bem como o grande fluxo migratório do Velho Continente para o Brasil semearam entre nós doutrinas e idéias que, até então, eram restritas a pequenos grupos de intelectuais. As idéias feministas vieram no bojo de tais mudanças, refletindo os movimentos que eclodiam na Europa, cuja tônica era a luta pela participação maior da mulher na vida política e nos centros de decisão. O cenário estava montado. Faltava apenas a personagem disposta a assumir o papel que as circunstâncias exigiam.

Bertha Lutz, nascida em São Paulo em 1894, era filha de Adolfo Lutz, um renomado cientista de origem suíça. Sua mãe era descendente de ingleses e trabalhara como voluntária num hospital de leproso no Havaí, onde conheceu o marido. Contrariando o modelo tradicional de família brasileira, o pai sempre estimulou Bertha a estudar e trabalhar. Ela estudou Biologia na Sorbonne durante a Primeira Grande Guerra e voltou ao Brasil em 1918, iniciando sua vida profissional no Instituto Osvaldo Cruz, importante centro de pesquisas científicas. Ingressou no ano seguinte no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público através de concurso. Por esse curto perfil, já se pode perceber que Bertha Lutz tinha as chamadas "condições objetivas" para dar início a um movimento organizado, que capitalizasse idéias, sentimentos e predisposições das mulheres brasileiras, já sensibilizadas com relação às discriminações que sofriam.

Moema Toscano recorda que, quando preparava sua tese de livre-docência, perguntou à doutora Bertha se havia algum fato específico que ela lembrasse como decisivo para sua opção pela causa da mulher. Bertha contou que uma ocasião estava na Alemanha, tomando chá na casa de uma amiga, quando o irmão desta chegou do quartel, fardado, com as botas sujas de barro. O militar sentou-se e ordenou à irmã que lhe tirasse as botas, ordem que a irmã, submissa, prontamente atendeu. Essa afirmação clara de subordinação feminina chocou tanto que, cinquenta anos depois, ela ainda se emocionava ao relatar o episódio. É claro que essa cena só revoltou Bertha Lutz porque ela já estava sensibilizada para a questão da opressão masculina sobre a mulher.

No Brasil, o intervalo entre as duas grandes guerras foi marcado por um intenso intercâmbio de idéias. A criação do Partido Comunista Brasileiro (1922), a Semana da Arte Moderna (1922), o Tenentismo (1922-1924) e a Coluna Prestes (1924-1927) testemunham que aqueles foram anos de muitas polêmicas e intensas discussões sobre os rumos da sociedade brasileira, sacudida de Norte a Sul por grandes transformações de ordem política e social. Nesse clima, Bertha Lutz criou, em 1919, a Liga pela Emancipação Feminina, que em 1922 mudou seu nome para Federação Brasileira para o Progresso Feminino. A determinação e a tenacidade foram, desde o início, as marcas registradas desse movimento. Muitos homens públicos, deputados, senadores, jornalistas fizeram frente única com as feministas. O feminismo conquistava adeptos e se espalhava por outros centros urbanos além do Rio de Janeiro e São Paulo, que eram os pólos mais significativos das mudanças. A presença crescente da mulher no mercado de trabalho, sua entrada nas escolas superiores e sua participação nos círculos intelectuais já eram fatos irreversíveis. Entretanto, a resistência do Congresso quanto ao voto feminino encontrava apoio entre homens e mulheres mais conservadores. Os discursos dos congressistas contra o reconhecimento do direito da mulher ao voto tinham como eixo a tese de que a família estaria ameaçada de extinção caso tal direito fosse aprovado.

"Estender o voto à mulher é uma idéia imoral e anárquica, porque no dia em que for convertido em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. A concorrência dos sexos nas relações da vida ativa anula os laços sagrados da família." (Discurso do senador Muniz Freire, in *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. II, p. 233)

"Conquanto reconheça que a mulher tem capacidade intelectual e aptidão para exercer o direito do voto, não deve exercê-lo, porque sua única missão deve consistir em ser o anjo tutelar da família." (Discurso do senador Serzedello Correa, id., p. 500)

Os discursos acima dão bem a medida da visão paternalista e autoritária que predominava entre os legisladores da época. Aliás, esse conservadorismo se manifestava sempre que alguma mulher tentava inovar no costume, na moda, no comportamento cotidiano. Foi assim, por exemplo, quando se importou a moda do cabelo *à la garçonne*, derrubando as cabeleiras, os coques e as tranças de nossas avós, no final dos anos 20, a moda das saias na altura dos joelhos e dos movimentos de dança de salão mais descontraídos, como o *shimmy* e o *charleston*. No fundo, o que comandava esses comportamentos reacionários era o medo de que tais atos de ruptura com os padrões tradicionais se refletissem sobre a família, "célula básica da sociedade, da qual a mulher era fiel guardiã".

No entanto, toda essa reação conservadora contra as mudanças não foi capaz de deter a onda renovadora que partia de alguns grupos de mulheres mais avançadas. A influência dos modelos importados de países do centro do sistema capitalista, e que o cinema falado, o rádio, a literatura e as viagens ao exterior reforçavam, fazia-se cada vez mais presente. A tendência a se adotarem nos países periféricos os padrões de comportamento e de consumo dos países centrais teve, pelo menos no caso das feministas, seu lado positivo. Por maiores que fossem as resistências masculinas em ceder terreno às mulheres, as mudanças iam acontecendo, mais lentas do que se esperava, é verdade, mas atingindo um universo cada vez mais amplo e afetando diferentes instâncias da sociedade e da família. O direito ao voto (1932) e a legislação trabalhista de proteção ao trabalho feminino (1932 e 1943, com a consolidação das leis do trabalho) são exemplos práticos desses avanços. É oportuno registrar ainda, como testemunho de tais mudanças, o surgimento, nesse período, de um grande número de organizações, associações, ligas e clubes que se constituíram a partir de programas voltados para discutir a participação social da mulher e os caminhos para sua emancipação. São exemplos de tais organizações, criadas dentro desse espírito que hoje identificaríamos como movimentos autônomos de mulheres, a União Feminina de Mulheres Universitárias (1929); a Cruzada Feminista Brasileira (1931); a Obra

da Fraternidade da Mulher Brasileira (1934) e a União Feminina do Brasil (1935). Esta última era a entidade que, nos anos 30, representava uma linha política de contestação ao governo Vargas. Do seu grupo de dirigentes constavam nomes como Eugênia Álvaro Moreira, Maria Werneck, do Partido Comunista Brasileiro, e Norma Muniz, do Partido Trotskista.

Esse primeiro momento do feminismo organizado e atuante não se caracterizava por ser revolucionário ou abertamente contestatório. Ao contrário, na maior parte dos estatutos dessas organizações, vem registrada a sua intenção de manter-se fiel aos princípios da ordem e harmonia social, como se pode perceber, por exemplo, no artigo terceiro do estatuto da Cruzada Feminista Brasileira:

"A Cruzada considera o trabalho como a virtude. Objetiva que a mulher se dignifique e eleve pelo esforço útil, honrando o labor manual ou espiritual, como se aperfeiçoe e distinga pela prática de todos os mandamentos morais."

O conteúdo de suas reivindicações restringia-se à conquista de novos espaços no mercado de trabalho para a mulher e à luta pela igualdade entre o homem e a mulher. A discussão sobre a sexualidade feminina constituía exceção, e o tema era considerado tabu. As feministas da época repudiavam, com energia, as tentativas de orientar sua militância nesse sentido, preferindo o caminho das reivindicações de cunho mais estritamente político ou trabalhista.

As resistências ao feminismo foram agravadas pelo radicalismo que caracterizou um certo momento da luta das mulheres, nos países mais avançados.

Por muito tempo associou-se a esta luta o que foi apenas um de seus episódios, talvez o que tenha chamado mais a atenção de homens e mulheres do mundo todo, que foi o da queima de sutiãs em praça pública. Este momento é, ainda hoje, lembrado apenas para ridicularizar o movimento feminista, sem que se compreenda a simbologia de que estava carregado, como lembra Heleieth Saffioti:

"Se você for analisar esse ato a ferro e fogo, vai dizer: 'Bom, isso é uma besteira'. Mas se analisar simbolicamente o que isso representa, tem um significado muito positivo porque as coisas estavam atravessadas na garganta e era necessário um ato radical que chocasse, que pudesse chamar a atenção do mundo. Os movimentos feministas só são o que são hoje porque foram o que foram no passado. Hoje nós

podemos questionar as bases do pensamento ocidental porque houve um grupo de mulheres que queimou sutiãs em praças públicas. O sutiã simbolizava uma prisão, uma camisa-de-força, a organização social que enquadra a mulher de uma maneira e o homem de outra. A simbologia é essa, vamos queimar a camisa-de-força da organização social que aprisiona a mulher."

Os anos 70 marcam uma reviravolta no movimento feminista, que começa então a colocar como eixo de sua luta a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes, apesar das resistências de feministas mais antigas a aceitar tal reviravolta. Tivemos oportunidade de ouvir, tanto de Bertha Lutz como de Sabina de Albuquerque, que a sucedeu na direção da Federação, reiterados protestos pelas declarações de feministas como Carmem da Silva, Heloneida Studart e Rose Marie Muraro, nessa linha de afirmação da sexualidade feminina como pedra de toque do movimento. Tal resistência deixa entrever um velado temor, por parte dos grupos feministas mais conservadores, de que o movimento pela emancipação da mulher viesse a se tornar, pura e simplesmente, um movimento a favor da liberação sexual, ou talvez de que a sociedade fosse levada a pensar que a reivindicação essencial das mulheres era a de ter o mesmo direito à promiscuidade sexual que sempre fora conferido aos homens.

No início dos anos 70, quando mal se ia firmando o que se pode chamar de novo feminismo, surgiu uma organização de mulheres que marca o momento de passagem do sufragismo, sob a liderança de Bertha Lutz, para outra fase, de questionamentos mais abrangentes e postura mais crítica, e que explodiria, posteriormente, pela voz de militantes mais comprometidas com posições de esquerda, em geral socialistas.

Estamos falando do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, tendo à frente Romy Medeiros da Fonseca, uma advogada carioca. Romy já havia participado da luta por um novo estatuto da Mulher Casada, que culminou com a aprovação da lei nº 4.121/62. Foram eliminadas, com essa lei, as inúmeras discriminações que limitavam os direitos da mulher casada, considerada relativamente incapaz, no mesmo nível do indígena, do menor e do pródigo.

Em 1972, esse Conselho realizou, no Rio de Janeiro, um congresso com grande cobertura da imprensa e sérias reservas do governo

militar de plantão. O perfil das pessoas convidadas para as conferências, assim como os temas propostos, assinalam bem esse momento de transição a que nos referimos acima. Constavam da lista dos congressistas, representantes dos banqueiros, da BENFAM e do alto clero católico, ao lado de feministas notórias por suas posições de esquerda como Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva. Temas polêmicos, como planejamento familiar, ou típicos do feminismo mais radical, como "A mulher na era tecnológica", ou de interesse particular da classe média, como "A problemática da babá", ou ainda mais pontuais, como "A integração da mulher na comunidade catarinense" dão bem uma idéia da fase ainda indefinida que vivia o feminismo brasileiro, em seus primeiros passos na busca de um novo ideário e de um programa de ação mais radical.

A tônica desse Conselho, daí por diante, foi posta nas questões jurídicas que afetavam a mulher, levantando a discussão em torno de alguns pontos cruciais que seriam mais tarde incorporados ao Código Civil, como o princípio da igualdade entre marido e mulher no casamento e a introdução do divórcio na legislação brasileira.

O novo feminismo

A partir dos anos 60, registrou-se uma verdadeira renovação na literatura feminista, e o ponto de partida foi, incontestavelmente, a obra de Simone de Beauvoir *O segundo sexo*, cuja primeira edição, na França, é de 1949. A célebre frase com que Simone inicia o segundo tomo: "Não se nasce mulher, torna-se mulher" seria, daí para frente, fundamental para o movimento feminista do mundo inteiro.

As grandes mudanças que o mundo atravessava no pós-guerra, a guerra fria dividindo a Alemanha e levando o conflito até a Coreia e mais tarde ao Vietnã, as teorias terceiro-mundistas, a consolidação das conquistas da revolução chinesa, a deterioração econômica e política do continente sul-americano, o desafio proposto pela Revolução Cubana, entre outros, acabaram por criar um clima de insatisfação e crise que não apenas afetava as relações interpessoais como ao mesmo tempo criava condições para a discussão de novas idéias, no plano social e político. Os acontecimentos de maio de 1968, na França e na Alemanha, foram um marco importantíssimo nesse panorama. A questão do "específico feminino" se insere nesse clima de contestação geral. A gritante inferioridade da mulher no plano

político, a falta de representatividade nas áreas de poder, as desigualdades no mercado de trabalho e no plano educacional propiciaram um clima de inquietação que logo se traduziria em forte predisposição para uma ação política organizada.

A produção teórica sobre a condição feminina começa a aparecer com força crescente no Brasil. Em 1967, Rose Marie Muraro lança *A mulher na construção do futuro*, livro bastante lido, discutido, comentado e contestado, já antecipando o papel polêmico que a autora iria protagonizar nos anos seguintes, na sociedade brasileira, sendo responsável, inclusive, pela vinda da líder feminista norte-americana Betty Friedan ao Brasil, pouco tempo depois. Em 1969, a professora da Universidade Estadual Paulista, Heleijeth Saffioti, lança o livro que se tornaria um clássico da literatura feminista: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, introduzindo no meio acadêmico uma temática até então considerada marginal. Em 1971 a tradução para o português do livro *A mística feminina*, de Betty Friedan, despertou tanto interesse que a autora foi convidada a vir ao Brasil, e sua presença foi um marco importante no feminismo brasileiro, já que os órgãos de imprensa deram bastante destaque para as polêmicas entre os que eram contra e a favor da luta feminista. Em 1974, a jornalista Heloneida Studart lança o livro *Mulher, objeto de cama e mesa*, referência obrigatória na literatura feminista. Em estilo simples e direto, a autora aborda a questão da mulher na sociedade brasileira; o livro rapidamente se tornou um *best-seller*, atingindo mulheres de todo o país.

Por essa época, também, as revistas femininas começam a modificar o conteúdo de suas matérias, que até então estavam mais voltadas para culinária, corte e costura, decoração, moda e beleza. A grande protagonista dessa mudança foi a jornalista Carmem da Silva, que de 1963 até a sua morte, em 1985, escreveu a coluna "A arte de ser mulher" para as leitoras da revista *Cláudia*. Carmem respondia a cartas de leitoras que contavam suas insatisfações com a vida sexual e afetiva, estimulando-as a enfrentar desafios, romper com relações fracassadas, buscar um trabalho remunerado e não mais se satisfazer com o papel de serviçal do marido e dos filhos. Carmem, como mulher rebelde que era, enfatizava a necessidade de as mulheres questionarem o seu papel de dona-de-casa, buscarem outras formas de auto-realização e não mais aceitarem o paternalismo e o machismo

brasileiros. É impressionante o número de mulheres que hoje estão com mais de quarenta anos e que atribuem a Carmem da Silva a grande responsabilidade por sua cabeça feminista. Ao final desse livro, publicamos um dos primeiros artigos de Carmem da Silva na revista *Cláudia*: "A favor... e não contra os homens", de março de 1964, e os leitores poderão então verificar como, passadas quase três décadas, muitas de suas idéias permanecem atuais.

Em 1975, na onda dos grandes debates públicos sobre a relação homem-mulher, Cidinha Campos, com a colaboração das feministas Heloneida Studart e Rose Marie Muraro, montou a peça de teatro *Homem não entra*. A partir de um enredo que levantava os principais problemas vivenciados pelas mulheres brasileiras, o público, exclusivamente feminino, era convidado a se manifestar à vontade, longe da censura e da repressão dos homens, fossem eles pais, namorados, maridos ou irmãos. A peça foi representada durante anos, por todo o Brasil, com enorme sucesso, causando grande polêmica por proibir a entrada de homens. Anos depois, Cidinha, novamente com Heloneida Studart, montou *Homem não entra número 2*, repetindo o sucesso da peça anterior. Segundo Heloneida Studart: "A Cidinha teve a idéia de fazer uma peça só para mulheres em que os homens não entrassem. A peça foi ótima porque ela era uma verdadeira sessão de análise coletiva, porque a Cidinha fazia perguntas ao público e as mulheres respondiam a verdade só porque os homens não estavam lá. Por exemplo: 'Quem engana o marido?', aí várias mãozinhas da platéia se levantavam. 'Por que você engana o marido?', aí as mulheres iam dar suas explicações, às vezes subindo na poltrona. Agora imagina se os homens estivessem lá, qual seria a mulher que ousaria levantar a mão e admitir que tinha enganado o marido? A peça foi muito alegre, foi uma verdadeira sessão de terapia grupal, fez um sucesso enorme, principalmente nas camadas populares. A peça deixou saudade. Era uma linguagem bem coloquial, muito povo, que todo mundo podia entender que estava retratada ali, não tinha nenhuma sofisticação, não era nada elitista, apesar de ser uma peça inteligente que levantava questões muito profundas da alma da mulher."

A partir daí, tornou-se comum, entre nós, a promoção de debates públicos acompanhando a estréia de peças de teatro e de filmes centrados na temática feminista. Outro momento de grande mobilização foi a apresentação, em 1976, do show *Amélia já era*, com

roteiro de um grupo de feministas que discutiu a imagem da mulher na música popular brasileira a partir da conhecida composição de Mário Lago que deu nome ao show.

A dura fase de repressão política, iniciada em 1964, foi um período de enorme conscientização a respeito da situação da mulher na sociedade brasileira. As mulheres mais politizadas começaram a se organizar, ansiosas por protagonizarem algum tipo de resistência à ditadura militar. Muitas vieram de partidos clandestinos, outras vieram de movimentos apoiados pela ala mais progressista da Igreja Católica, e eram trabalhadoras sindicalizadas, artistas, intelectuais, estudantes, profissionais liberais, de diferentes idades e origens políticas, sociais e religiosas. As mulheres começavam a despontar como militantes ativas, na luta contra o governo militar que abalou o cenário político com a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI 5), em 13 de dezembro de 1969.

As resistências que, nos meios de esquerda e na Igreja, existiam com relação aos movimentos feministas começam a ser vencidas a partir dos anos 70 e, mais particularmente, com o Ano Internacional da Mulher, em 1975, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A essa altura, já era bem visível o interesse que despertava junto ao público em geral, mas particularmente junto às mulheres de classe média, universitárias e profissionais liberais, os temas e as discussões específicas sobre a condição da mulher. Nos meios acadêmicos apareciam os primeiros estudos regulares sobre essa temática. A Fundação Carlos Chagas, instituição pioneira em pesquisas nesse campo, enviou uma representante ao Congresso Internacional da Mulher, realizado no México, em 1975. Para o mesmo evento, o Governo Federal, através do Itamarati, enviou como delegada oficial do Brasil a líder Bertha Lutz, então com 82 anos. Seria essa a sua última missão como representante das mulheres brasileiras, pois a pioneira do feminismo, já nessa época com a saúde muito abalada, faleceria no ano seguinte.

No Rio de Janeiro, no mesmo período em que se realizava no México o Congresso que abria o Ano Internacional da Mulher, um pequeno grupo de feministas, algumas delas com experiência de militância em países da Europa e nos Estados Unidos, reuniu-se para juntas pensarem uma forma de marcar a passagem do evento.

Desde logo, contaram com a cobertura do Centro de Informações

da Organização das Nações Unidas e com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que cedeu seu auditório para os encontros. Organizaram então a Semana de Pesquisa sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira, com a participação de cerca de cinquenta mulheres que, durante uma semana, discutiram exaustivamente os principais problemas enfrentados pelas brasileiras. Algumas das questões consideradas prioritárias foram:

- mudanças no Código Civil, com o objetivo de eliminar as discriminações contra a mulher no capítulo referente à família, como a chefia da sociedade conjugal, o pátrio poder e a administração do patrimônio familiar;
- luta pela implantação de creches e centros de atendimento à criança para facilitar a integração da mãe de família no mercado de trabalho;
- mudanças na legislação trabalhista, que era repleta de restrições à mulher trabalhadora, tais como o artigo que impedia o trabalho noturno à mulher e outro que pressupunha a autorização do marido para que a mulher pudesse trabalhar fora do lar. Anexamos, ao final desse livro, o documento final desse evento.

A grande mobilização decorrente desse seminário estabeleceu um clima favorável à criação de um órgão que viabilizasse uma atuação mais permanente e articulada, com objetivos bem definidos e formas de ação coletiva, capaz de conduzir a resultados concretos. Após algumas semanas de intensa mobilização, alguns conflitos quanto às estratégias que seriam adotadas e, principalmente, quanto ao grau de institucionalização, foi fundado o Centro da Mulher Brasileira (CMB), em setembro de 1975, com sede no Rio de Janeiro. O temor ao centralismo e às formas autoritárias de exercício de poder levou as feministas a optarem por uma forma colegiada de direção e pelas práticas espontâneas, com o mínimo de regras pré-estabelecidas. Fizeram parte desse primeiro colegiado: Moema Toscano, Branca Moreira Alves, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha), Maria Luiza Heilborn, Maria Luiza d'Aboim Inglês, Maria Emília Carvalho da Fonseca, Vera Maura Fernandes de Lima, Sandra Maria Azeredo Boshé e Berenice Fialho Moreira. As feministas que retornavam do exterior, após anos de exílio ou de estudos, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, nos trouxeram a experiência do feminismo que já se praticava lá fora. Conforme seus estatutos, o Centro da Mulher Brasileira propunha-se a ser um centro de estudo,

reflexão, pesquisa e análise da condição da mulher brasileira, atuando no sentido de superar os principais estereótipos que pesam sobre ela, tais como a ênfase no seu papel de "rainha do lar" e o mito da fragilidade feminina. Logo a seguir, foram criadas organizações semelhantes em todo o país, expandindo as idéias feministas e promovendo o intercâmbio entre mulheres de diferentes experiências e culturas. Sucediavam-se encontros, congressos, seminários, publicações, com uma vontade febril de recuperar o longo tempo perdido. Por essa época surgiu o *Brasil Mulher*, jornal feminista que teve grande aceitação e circulou de 1975 a 1979. Outras publicações foram *Nós, Mulheres*, de 1975 a 1978, e *Mulherio*, que circulou durante oito anos. Em muitos estados também foram publicados jornais ou boletins que circularam por todas as organizações feministas. A imprensa alternativa, não feminista, como os jornais *Opinião* e *Movimento*, também era particularmente sensível à luta das mulheres.

No segundo semestre de 1975 foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, no bojo das discussões levantadas com as comemorações do Ano Internacional da Mulher. O movimento tinha como proposta mobilizar a opinião pública, a partir da ação organizada de mulheres contra as arbitrariedades do governo militar. Prisões, torturas, assassinatos, cassações de mandatos, aposentadorias compulsórias constituíam o cotidiano dos cidadãos brasileiros e as esposas, mães e companheiras dos atingidos pela repressão decidiram lutar pelo fim do regime de exceção. À frente do movimento, Therezinha Zerbini, paulista, esposa de um militar atingido pela repressão. Os grandes trunfos com que esse movimento contava eram: de um lado, a relação de suas representantes com os atingidos, relação familiar ou amorosa, dando legitimidade maior à luta, e de outro, uma ausência de compromisso com os partidos ou tendências políticas. Talvez tenha sido esse o motivo porque esse grupo não sofreu a mesma repressão que pesava sobre outros que se haviam organizado com idêntico fim. O movimento cresceu por todo o Brasil e teve uma atuação muito significativa até a anistia e a redemocratização do país. Em 1980, após a anistia, o núcleo do Rio de Janeiro alterou seu nome para Movimento pela Anistia e Liberdades Democráticas e continuou lutando pela plena restauração dos direitos de cada cidadão brasileiro, com um enfoque marcadamente nacionalista.

Em 1977, como desdobramento do Ano Internacional da Mulher,

foi proposta a instalação no Congresso Nacional de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para "examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividade". Essa CPI acabou se transformando num valioso instrumento para mostrar a que níveis havia chegado a discriminação contra a mulher, em todas as instâncias de sua vida, e como tal estado de coisas impedia o acesso à sua plenitude como cidadã e mulher. Foram convidadas para depor na CPI representantes de diferentes setores da sociedade e feministas de diversas organizações. Mesmo reconhecendo as limitações que pesavam sobre a CPI no que diz respeito a efeitos práticos, no sentido de transformar a situação da mulher brasileira, é forçoso reconhecer a oportunidade que ela criou para denunciar para toda a sociedade o que era até então apenas do conhecimento de alguns, como por exemplo: que a mulher recebia, no meio rural, apenas um quinto do salário pago ao homem por igual trabalho; que não era cumprida a legislação que obrigava empresas com mais de trinta trabalhadoras a manter berçários; que empresas estatais impediam o acesso à mulher em determinados setores e que tais impedimentos não tinham apoio legal; que mulheres grávidas eram despedidas sumariamente; que agências com verbas vindas do estrangeiro estavam promovendo a esterilização indiscriminada de mulheres; e inúmeras outras denúncias que foram feitas nos depoimentos. Podemos dizer que, em certa medida, essa CPI preparou o terreno para muitas das medidas concretas que, a partir dos anos 80, iriam ser tomadas com o fim de corrigir distorções que mais de quatro séculos de discriminações haviam imposto às mulheres no Brasil e que não podiam continuar sendo ignoradas.

É preciso registrar que, em poucos anos, a temática feminista foi sendo incorporada pelos meios de comunicação, agora não mais restritos a conselhos de beleza, moda e culinária. O debate feminista ia se impondo, questionando o relacionamento entre o homem e a mulher e as discriminações sociais que a mulher sofria no seu cotidiano. Muitos livros foram sendo publicados, programas de rádio e TV passaram a discutir abertamente temas até então proibidos, as novelas e peças de teatro passaram a levantar com clareza questões sobre a sexualidade feminina e o casamento; dezenas de teses universitárias passaram a pesquisar a situação da mulher na sociedade brasileira; os partidos políticos incorporaram nossas reivindicações, enfim, toda a sociedade assimilou as questões levantadas pelo

movimento feminista. Cabe destacar aqui a importância do Programa TV Mulher, em que a psicanalista Marta Suplicy teve uma participação de grande impacto, tratando da sexualidade feminina e da posição da mulher na sociedade. É ela que nos conta:

"O programa TV Mulher, de 1980 a julho de 1986 na Globo, e depois na Manchete de 1987 a 1988, foi uma contribuição a nível de massa na conscientização da mulher do direito ao prazer, do direito ao NÃO, do direito ao respeito ao próprio corpo e à liberdade do gozo. Eu tenho plena consciência de que foi antes e depois do programa a mudança na vida da mulher brasileira, a nível de consciência. Eu acho que dos quadros todos o meu foi o de maior impacto, mas por ser um programa que tem um quadro desse e um quadro que falava de direito feminino inserido num programa feminino que falava de decoração e cozinha, por si só já era alguma coisa de muito impactante, de novo, de diferente e de mudança. O meu quadro, durante muito tempo, foi dedicado à questão do feminismo, um espaço aberto direto para as questões feministas, para as mulheres feministas, para as idéias feministas e para as reflexões sobre o feminismo, sobre o direito de ser mulher e sobre os direitos que a mulher tem. E isso foi me ocorrendo depois de um ano que o programa estava no ar e eu percebi que, ou eu fazia alguma coisa nessa direção, ou eu não ia ajudar muito como eu estava pensando, não. Porque eu comecei a receber um monte de cartas que diziam assim: 'Marta, que programa bom, você fala de orgasmo, eu não sabia disso, de clitóris, tudo bem. Mas eu queria muito pedir tua ajuda porque eu preciso ter orgasmo senão o João me larga.' Então, como eu tive consciência de que a mulher estava usando essa informação para ter mais obrigatoriedade na vida, pensei: não adianta ficar falando de orgasmo, mesmo que eu tente dar outro enfoque. Se não tiver uma consciência da situação da mulher, tudo o que eu puder explicar ou ensinar, ela vai usar em prol da sua opressão. E eu acho que os resultados dessa tentativa de colocar os direitos femininos na TV foram muito impactantes. Eu lembro por exemplo das cartas, uma de uma moça semi-analfabeta do Piauí que dizia que estava muito impressionada com o que eu estava falando mas ela queria ter certeza se eu tinha falado aquilo mesmo, que ela quando chegasse do trabalho não precisava pegar uma bacia com água pro marido pôr o pé. E aí, outra no mesmo tom, que ela queria saber se realmente eu achava que não era errado ela sentar na mesa quando

todos comiam, porque ela tinha sido criada, na cultura dela as mulheres não sentavam à mesa. E o que eu estava falando é que as mulheres deviam sentar à mesa, não deviam só servir. Eram coisas tão desconhecidas para mim que chegavam, como alguém podia perguntar, em pleno 1980, se podia sentar à mesa ou questionar coisas desse tipo, mas foram questionadas. A TV chegou nos rincões mais distantes do país e fez uma revolução mesmo, eu tenho absoluta certeza."

Os anos que se seguiram ao Ano Internacional da Mulher foram de intensa atividade para as feministas, organizadas em todo o país, que procuravam dar o máximo de visibilidade às suas lutas contra a discriminação, a violência e a exploração sofrida pela mulher brasileira. Com relação aos assassinatos praticados contra mulheres, as feministas saíram às ruas, denunciando maridos ou companheiros das vítimas e exigindo seu julgamento e prisão. "Quem ama não mata" foi uma palavra de ordem ouvida em todo o país, que anunciava o fim de uma era de impunidade com relação aos assassinatos de mulheres, antes protegidos pelo peso da tradição e do machismo, que justificavam tais crimes com o direito de "lavar com sangue a honra ameaçada". O crime que detonou essa ação feminista e que levantou a maior onda de indignação foi o assassinato de Ângela Diniz, em 1976, por Doca Street, que havia sido absolvido em 1979. Inconformadas com a absolvição, as feministas exerceram tal pressão sobre a opinião pública que, em um segundo julgamento, a sentença foi revista e o assassino condenado a uma longa pena, como nos conta Branca Moreira Alves:

"Um fato marcante que trouxe o feminismo a público foi o assassinato de Ângela Diniz. No primeiro julgamento de Doca Street, nós não estávamos com uma organização muito forte para fazer pressão e ele foi absolvido. Aquilo nos chocou muito. Daí, a gente se organizou mais e, no segundo julgamento, fomos pela primeira vez às ruas, fomos a Cabo Frio, nos mobilizamos, fizemos vigília, teve bastante repercussão. Daí, o tema violência trouxe muita gente para o movimento, criou-se o SOS Mulher, a coisa deslanchou."

As feministas começaram a ser ouvidas, falando alto, em quaisquer questões que prejudicassem a mulher, particularmente em casos de violência e de discriminações no mercado de trabalho. Fatos que antes eram corriqueiros na vida da mulher trabalhadora, como chantagens sexuais dos patrões ou abusos de poder, eram agora denunciados

publicamente pelas feministas. A omissão habitual, por parte da fiscalização do Ministério do Trabalho, em particular no que dizia respeito ao funcionamento de creches nas empresas, às dispensas de funcionárias por motivo de casamento ou gravidez e às revistas obrigatórias e humilhantes que sofriam operárias de fábricas de *lingerie* motivaram constantes manifestações de protestos, ações na justiça e noticiário na imprensa falada e escrita, sempre com grande repercussão junto à opinião pública. A Petrobrás, por exemplo, foi motivo de denúncias por não aceitar a inscrição de candidatas, alegando que o trabalho de campo era incompatível com as limitações femininas, ainda que as mulheres apresentassem todos os títulos que eram exigidos dos postulantes. Um jornal de grande circulação também foi objeto de denúncia quando um chefe de departamento pressionou uma funcionária a aceitar suas carícias sexuais. Repudiado pela moça, o chefe despediu-a do jornal. As feministas transformaram o caso em escândalo público, exigindo da direção do jornal a punição do responsável e a readmissão da funcionária.

Os anos 80 iniciam-se de forma bastante promissora para as mulheres brasileiras, em diversos âmbitos da sociedade. Começam a ser criados nas universidades os centros de estudos sobre a mulher, sendo a PUC-RJ pioneira nesse campo, instalando o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), em 1981. Proliferam as teses sobre temáticas exclusivamente femininas. A escolha da questão feminina como objeto de estudo passou a ser tão freqüente que a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) reservou, para esse tema, um espaço exclusivo em suas reuniões anuais, a partir de 1979. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher tinha sido firmada em 1967 pela ONU e foi ratificada em 1981 pelo governo brasileiro. Nessa convenção, os países signatários comprometem-se a empenhar seus esforços no sentido de eliminar todas as restrições existentes contra a mulher trabalhadora. As forças armadas, as polícias civil e militar começam a aceitar mulheres em seus quadros, a partir de 1980. No meio rural as mulheres passam a trabalhar nas frentes emergenciais de trabalho, financiadas por agências públicas, também a partir dos anos 80. E assim foi, cada vez mais, ampliando-se a participação da mulher em redutos antes exclusivamente masculinos.

Um exemplo interessante desse fato é a admissão de mulheres na

Academia Brasileira de Letras, que desde sua fundação, em 1896, até 1977, era um espaço exclusivamente masculino. Em 1977, a escritora Rachel de Queiroz foi admitida entre os imortais, e depois dela seguiram-se Dinah Silveira de Queiroz, Nélida Piñon e Lygia Fagundes Telles.

Embora importantes vitórias tenham sido conquistadas na ampliação da participação feminina em um mundo que antes era exclusivamente masculino, ainda são evidentes as discriminações existentes com relação à mulher; quanto mais se elevam as posições na hierarquia e quanto maiores são os salários, menos expressiva numericamente é a presença da mulher. Tomemos como exemplo a área educacional: no magistério de primeiro grau há um predomínio quase que absoluto de mulheres (mais de 90% do total); no segundo grau homens e mulheres aparecem quase que equilibradamente e no ensino de terceiro grau são os homens que constituem expressiva maioria. Nos postos de decisão e nos colegiados universitários a representação das mulheres é absolutamente inexpressiva. Ainda estamos muito longe de conquistar a apregoada igualdade, meta da Convenção da ONU. Somente um profundo trabalho político de conscientização social a respeito de tais discriminações pode levar a mulher a ocupar espaços mais valorizados em condições de igualdade com o homem.

Os anos 80 marcam, por outro lado, um momento de desmobilização política muito grande, um retraimento de todos os movimentos sociais organizados, apesar de momentos importantíssimos, como as campanhas pela Constituinte e por eleições diretas. A democracia começa a funcionar, após anos de lutas e sofrimentos causados pelo regime militar. Os movimentos feministas não escaparam dessa nova fase de reestruturação do país, com a renovação político-partidária, o surgimento e o fortalecimento de inúmeros canais de participação social, a proliferação de organizações não-governamentais, a criação de centros de pesquisas voltados para a questão da mulher, entre outros. Muitas feministas passaram a militar em partidos, foram trabalhar em algumas dessas organizações não-governamentais ou dedicaram-se à produção teórica nas universidades. O feminismo deixa de ser algo praticado em grupos reduzidos e específicos para tornar-se algo mais difuso, perpassando vários espaços da sociedade. Como resultado desse novo momento, muitas organizações feminis-

tas foram sendo aos poucos desativadas, perdendo o peso que tiveram na década de 70.

Como alternativa a essas organizações que haviam perdido sua representatividade e com o objetivo de manter um espaço de discussão e de militância regular, foram criados os fóruns feministas — o Fórum Feminista do Rio de Janeiro, por exemplo, passou a se reunir regularmente a partir de 1985. Embora sem a estrutura e a organização das associações a que já fizemos referência, tais fóruns reúnem militantes de diferentes tendências e são os órgãos de maior representação do movimento autônomo de mulheres nos diferentes estados onde atuam.

Uma das grandes discussões que fecundaram o debate das feministas a partir dos anos 80 diz respeito à criação, dentro do aparelho do Estado, de órgãos voltados para a defesa dos direitos da mulher, à semelhança do que já acontecia com incontestável êxito em muitos países do Primeiro Mundo. A grande questão levantada pelas feministas era de cunho nitidamente político: temia-se, com a incorporação pelo Estado das questões feministas, o risco de desvirtuar todo o trabalho já realizado pelas bases autônomas de mulheres. Para essa linha, dita feminista radical, permitir que a luta feminista fosse incorporada pelo Estado era esquecer o pressuposto do trabalho feminista segundo o qual a integração plena da mulher à sociedade e a plena igualdade só seriam alcançadas com uma mudança radical de toda a sociedade, jamais com mudanças adjetivas, parciais, tópicas. Nessa perspectiva, passar a questão da mulher à tutela do Estado significava renunciar à luta pelo fim da sociedade patriarcal e considerar que nossos problemas seriam resolvidos através de pequenas reformas e concessões manipuladas pelos homens, dentro do espírito de “entregar alguns anéis para não perder os dedos”. De outro lado, aqueles grupos que defendiam a adoção de políticas mais realistas, com a participação crescente das militantes feministas no sistema de poder, afirmavam ser essa a única opção que permitiria às mulheres condições imediatas de se integrarem plenamente à sociedade, em pé de igualdade com os homens, já que só o Estado disporia de recursos suficientes para implementar projetos de ação mais ambiciosos.

Ao ratificar a Convenção da ONU sobre o fim da discriminação contra a mulher, o governo brasileiro comprometeu-se a tomar medidas concretas com relação a essa realidade. Em todos os debates

políticos, a partir de então, passou a ser quase obrigatória uma definição de princípios que levasse em conta a situação da mulher na sociedade. Os partidos políticos de maior expressão social, em particular, os mais progressistas, comprometiam-se claramente com o tema. Nas campanhas políticas, a questão da mulher estava sempre presente. Através de decretos oficiais, em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, tendo como primeira presidente Eva Blay, e dois anos depois o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, cuja primeira presidente foi Ruth Escobar. A seguir foram sendo criados outros conselhos, estaduais e municipais, tratando de traçar políticas e programas de ação voltados para a integração plena da mulher na sociedade. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDIM) foi criado em 1987 e sua primeira presidente foi Branca Moreira Alves.

Outro momento importante, referente a essa incorporação das lutas feministas pelo poder público, ocorreu a partir de 1985 com a criação das delegacias policiais especializadas no atendimento à mulher. As violências constantes contra a mulher — os maus tratos, estupro e assassinatos, muitas vezes praticados pelos próprios pais, companheiros ou maridos — passaram a ser denunciados muito mais amplamente. A criação dessas delegacias especializadas — cujo corpo profissional desde a delegada titular até as policiais de plantão, passando pelas assistentes jurídicas e sociais, é todo composto de mulheres — tem sido bastante positiva, já que elas ajudaram a estimular a denúncia de agressões que as mulheres sofrem em seu próprio lar, além de possibilitar uma maior publicidade dos casos de violência, desencorajando a sua repetição, e de oferecer maior proteção à mulher e garantir a punição do seu agressor. Deve-se registrar que dessa participação ativa do Estado nas ações de proteção e apoio à mulher resultou um fortalecimento dos movimentos autônomos, ao contrário do que a corrente feminista mais radical temia. Os grupos feministas independentes têm atuado com grande eficiência, prestando apoio logístico às ações do Estado, exigindo uma participação crescente do poder público na implementação de tais políticas, além de realimentar constantemente essa atuação com suas postulações teóricas.

Em 1985, a campanha por uma Constituinte livre e soberana, que sacudiu o Brasil, desencadeou entre as feministas uma intensa atividade, no sentido de sensibilizar as eleitoras para as questões específi-

cas da mulher. Isso sem nunca esquecer as lutas mais amplas da sociedade com relação a salários e custo de vida, desemprego, dívida externa e reforma agrária. Desde a campanha eleitoral de 1978, as feministas já vinham atuando decididamente, exigindo dos candidatos o atendimento das suas reivindicações no que diz respeito à legislação de proteção à mulher, em particular no atendimento à saúde, à maternidade e ao trabalho. Debates com candidatos, passeatas, panfletagens e entrevistas nos meios de comunicação passaram a marcar o dia-a-dia das feministas em período eleitoral. A necessidade de elegermos uma bancada significativa de mulheres comprometidas com as reivindicações feministas foi a tônica que orientou nossa atividade política em todo o país. Durante a campanha pela Constituinte, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, cuja presidente era Jacqueline Pitanguy, teve um papel fundamental. Com o lema "Constituinte para valer tem que ter palavra de Mulher", o Conselho lançou uma campanha de âmbito nacional, destinada a levantar a discussão sobre as principais reivindicações da mulher brasileira, de todas as camadas sociais e diferentes regiões do país. O Conselho também chamou atenção para a baixa representatividade feminina em todas as instâncias do poder político, em contraste com a crescente presença da mulher no mercado de trabalho e com o fato de sermos quase metade do eleitorado brasileiro. Esse trabalho foi muito bem articulado, já que mulheres de diferentes partidos deram-se as mãos com a mesma preocupação: exigir dos candidatos uma definição política de seu programa no que diz respeito à questão da mulher. Os resultados das eleições não decepcionaram: elegeram-se 26 deputadas constituintes, de diferentes partidos e regiões, a maior bancada feminina já conquistada. A tarefa de conduzir a atuação dessa bancada, com vistas a corrigir as graves desigualdades que permeavam a legislação no que diz respeito à condição social, política e jurídica da mulher ficou a cargo das deputadas eleitas já conhecidas por suas posições feministas. Essa experiência foi exemplar, pois demonstrou a viabilidade de uma ampla aliança de mulheres, tendo em vista um denominador comum que transcendesse a questão meramente partidária. O resultado de quase dois anos de trabalho constituinte, com ativo *lobby* das feministas junto aos congressistas, foi bastante satisfatório: foram eliminadas, na legislação, as discriminações que ainda pesavam sobre a mulher no tocante ao trabalho remunerado; dilatou-se

o prazo da licença maternidade de 84 dias para 120 dias; a empregada doméstica e a trabalhadora rural tiveram os seus direitos equiparados aos dos demais trabalhadores assalariados. Também foram aprovados importantes avanços no capítulo referente à família, sendo alguns deles a igualdade de direitos e obrigações do casal, a garantia de título de propriedade à esposa ou companheira do proprietário rural, a ampliação do divórcio, e a definição de responsabilidades, entre a família e o Estado, no planejamento familiar. Não houve, no entanto, nenhum avanço no que se refere ao aborto, antiga reivindicação das feministas. A ampliação de casos em que a legislação já permite o aborto (estupro e risco de vida da mãe) não encontrou condições para ser discutida, tamanha foi a reação de setores mais conservadores da sociedade, em especial da cúpula da Igreja Católica. Correu-se até mesmo o risco de se ver confiscado esse direito, já tão limitado, pois um grupo de parlamentares que se apresentava como defensor da vida desde o momento da fertilização do óvulo pretendia definir na Carta Magna a proibição absoluta de qualquer tipo de interrupção da gravidez. Dado o clima desfavorável para a discussão, o grupo que defendia o aborto recuou e resolveu remeter a decisão para um posterior plebiscito, onde a população fosse chamada a opinar nas urnas se é contra ou a favor da interrupção voluntária da gravidez indesejada. Esse grupo defende a legalização do aborto, que continua tendo o tratamento de infração legal prevista no código penal, tendo em vista a indicação das estatísticas de que no Brasil se realizam anualmente entre 3 e 4 milhões de abortos. A legalização do aborto solucionaria, em grande parte, muitos problemas que as mulheres têm de enfrentar, tais como: a exploração de médicos mercenários e o alto risco de vida por realizarem o aborto em condições insalubres.

Salvo esse desencontro entre as deputadas constituintes, a experiência da bancada feminina, buscando uma linha comum de ação, foi muito positiva. A união das deputadas em torno de temas que são específicos da mulher tornou a ação coletiva extremamente mais eficiente do que a ação individualizada de cada uma delas, no âmbito restrito do partido ou defendendo interesses particulares de sua clientela eleitoral.

Por último, nessa breve revisão histórica, cabe uma explicação às inúmeras companheiras que participaram das lutas feministas e cujos depoimentos não foi possível registrar aqui, pois tal registro implicaria dilatar o tempo do nosso trabalho muito além do que nos

tínhamos proposto. Também não contamos com uma equipe de pesquisa para facilitar o nosso estudo. Seria impossível, em um só livro que não se propõe esgotar a temática feminista, registrar todos os personagens, organizações, jornais, eventos e reivindicações que foram fundamentais nessa história. Deixamos de nos referir ou de aprofundar questões que são seguramente fundamentais para o feminismo no Brasil, tais como: situação da mulher negra, lesbianismo, prostituição feminina, esterilização de mulheres, aborto, gravidez precoce, exploração da imagem feminina nas propagandas, discriminações contra a mulher idosa, apenas para citar alguns. Acabamos nos limitando aos fatos que nos foram mais próximos, com a consciência de que muito há ainda para ser escrito. Percebemos o nosso trabalho como uma pequena contribuição para a compreensão do movimento feminista brasileiro e uma homenagem a todos, homens e mulheres, que contribuíram para que essa história pudesse ser escrita um dia. Esperamos também que nosso esforço e nossa preocupação sirvam como estímulo às companheiras que tenham algo mais a dizer, sobre o muito que deixou de ser dito.

FALA, MULHER!

Nós não pretendemos atribuir ao movimento feminista a única influência determinante nas mudanças dos comportamentos de homens e mulheres no Brasil. Mudanças sociais em outras esferas, tais como o surgimento e a expansão dos movimentos políticos, o crescimento dos meios de comunicação de massa, em especial a TV, e o próprio processo de redemocratização que começou no final dos anos 70 também tiveram importância no processo de incorporação da mulher à vida pública e na democratização do relacionamento entre homens e mulheres. Mas, sem nenhuma dúvida, o movimento feminista colocou, com muita clareza e força, a discussão sobre questões específicas da mulher, em especial sobre a desigualdade existente entre homens e mulheres no mundo público e no mundo privado. A mulher passou a reivindicar igualdade em todos os níveis, passou a usar a sua voz e, aos poucos, começou a ser ouvida por toda a sociedade. Hoje essa discussão, que começou em grupos muito reduzidos, vai, aos poucos, sendo incorporada por todos os setores da sociedade brasileira. A questão da mulher se impôs em todos os espaços sociais (sindicatos, partidos, governos, igrejas, etc.). O que o feminismo trouxe à tona não foi apenas a incorporação numérica da mulher ao mercado de trabalho. O que se colocou em xeque foi a própria questão do poder masculino, já que a participação da mulher no mundo público implica buscar um modelo próprio de participação, e não copiar o modelo masculino. Não se quer apenas uma inversão de papéis ou uma igualdade entre homens e mulheres, mas o respeito às diferenças existentes, sem que essas diferenças sejam convertidas em desigualdades, ou seja, na desvalorização da mulher frente ao homem. Colocando em discussão as questões específicas da mulher — a sexualidade feminina, o machismo brasileiro, a vigência dos valores culturais do patriarcado e do paternalismo, a dupla jornada de trabalho, a ausência de uma política adequada de planejamento familiar, a desigualdade no mercado de trabalho, a violência sofrida pela mulher — o movimento feminista criou um fato político que não